

# Transação ignorou normas do IPC

No último dia útil do ano passado, 29 de dezembro, o então presidente do IPC, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) fez uma transação de custo elevado para os cofres da entidade, que é uma espécie de previdência privada de deputados, senadores e funcionários das duas Casas.

Sem ouvir os membros do Conselho Deliberativo, decidiu emprestar à empresa "A Rural e Colonização S/A" Cz\$ 4,4 bilhões para financiamento de casas em Búzios

(RJ). Em troca, recebeu 850 debêntures (títulos), emitidas sem o registro legal na Câmara de valores Imobiliários — o que os torna com efeito legal nulo — com um valor bem inferior ao do empréstimo: Cz\$ 1,3 bilhão. Aplicada no mercado financeiro, essa diferença representaria hoje cerca de NCz\$ 5,5 bilhões.

Antes de serem repassadas para o IPC, as 850 debêntures foram vendidas pela "A Rural e Colonização S/A" para a "corretora Hum-

berto Pentagna", transação que permitiu a desvalorização dos títulos. O empréstimo para a construção de casas em Búzios, além dos prejuízos financeiros, representa também o descumprimento de normas internas da entidade. Apesar de ser exigida a autorização do Conselho Deliberativo para a execução de qualquer operação financeira, o deputado Gustavo de Faria assinou sozinho todos os documentos necessários para a liberação do empréstimo.

Arquivo 11.10.88



*Gasparian pediu ao PMDB que expulse o acusado de seus quadros*